

DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL E AS MANIFESTAÇÕES DA SEGREGAÇÃO EM CIDADES LOCAIS

Análise do caso de Paulicéia/SP

SOCIO-SPATIAL DIFFERENTIATION AND MANIFESTATIONS OF SEGREGATION IN SMALL TOWNS

Analysis of the case of Paulicéia/SP

Bruno Vicente dos Passos¹ e Nayara Leva Batista²

Resumo

Este estudo busca a construção de uma avaliação geográfica que denote a ocorrência ou não dos processos de diferenciação e (auto)segregação socioespacial, na escala da pequena cidade e das cidades locais. Reconhecemos a necessidade de uma análise multidimensional, tentando compreender suas particularidades e sua inserção nas redes regionais, sendo fundamental não desprezar as relações entre os cidadãos e o espaço em suas práticas cotidianas, para compreender a produção do espaço urbano e as manifestações desses fenômenos, nesses centros. Trazemos assim, um estudo de caso para o município de Paulicéia/SP, com uma população de 6.339 habitantes (IBGE, 2010). Por meio da aplicação de metodologias qualitativas, evidenciamos nas análises a manifestação dos processos de diferenciação e segregação socioespacial na cidade.

Palavras-chaves: práticas socioespaciais, diferenciação, segregação socioespacial, cidades pequenas, Paulicéia/SP.

Abstract

This study offers a geographic analysis to identify possible processes of socio-spatial differentiation and (self)segregation, at the scale of small towns. This task requires multidimensional analysis, in order to understand the particularities of these settlements and their insertion into larger regional networks. It is also essential to address the relationships between residents and space in their everyday practices, in order to understand the production of urban space and how these phenomena manifest in these centers. To explore these questions, we present a case study of the municipality of Paulicéia/SP, with a population of 6,339 inhabitants (IBGE, 2010). Using qualitative methodologies, we identified manifestations of processes of differentiation and socio-spatial segregation in the city.

Keywords: Socio-spatial practices, differentiation, socio-spatial segregation, small cities, Paulicéia/SP.

¹ Licenciado em Geografia (2020), cursando o Bacharelado (2021) na Faculdade de Ciência e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus de Presidente Prudente/SP. Membro do Grupo de Pesquisas sobre Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR), e da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe). Bolsista de apoio técnico no projeto temático Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos, desde junho de 2019.

² Cursando graduação em Geografia (Lic-Bac). Faculdade de Ciência e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus de Presidente Prudente/SP. Atualmente atuando como estagiária no colégio Braga Melo de Presidente Prudente/SP. Bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, desde abril de 2020.

Introdução

A pesquisa apresentada buscou investigar e esclarecer algumas inquietações sobre a produção do espaço urbano na cidade de Paulicéia/SP. Essas surgem a partir de indicadores que conseguimos observar em dois trabalhos de campo realizados no município em meados de 2019 e no início de 2020. Era possível notar na cidade, um possível padrão de diferenciação socioespacial em sua porção oeste, que se manifestava nas condições de habitação, infraestrutura, comércios e serviços informais e agricultura urbana. Enquanto na extremidade leste notávamos um contraste, apresentando a melhor infraestrutura, saneamento e qualidade das habitações. Ademais, fora do perímetro urbano, existe um condomínio fechado chamado Portal das Águas, cujas casas apresentam um preço acima da média municipal e que fica localizado às margens do Rio Paraná, ao lado do balneário municipal.

As pequenas cidades, muitas vezes são imaginadas como um lugar de sossego e de recepção aos idosos, como sugere Sposito e Silva (2013), todavia, diante dos indicadores obtidos, passamos a refletir sobre a ocorrência dos processos de diferenciação, mas também de (auto)segregação e fragmentação socioespacial na cidade. Até mesmo porque a dialética entre a apropriação do espaço geográfico e a desigualdade socioespacial, é segundo Côrrea (2007), resultado das práticas e processos espaciais, que determinam historicamente os fenômenos sociais e políticos em múltiplas escalas.

Essas questões justificam a iniciativa da pesquisa, cujo o objetivo é descobrir e entender como as práticas espaciais que envolvem o cotidiano dos moradores de Paulicéia/SP, além de elementos políticos e econômicos, vem interagindo e produzindo essa cidade local, denotando a ocorrência ou não dos fenômenos de diferenciação, (auto)segregação socioespacial. Com a aplicação de questionário, buscamos traçar uma análise geográfica sobre o objeto, definindo as conclusões mais adequadas para as questões levantadas. Ademais, o trabalho espera contribuir para o debate científico quanto a reprodução das lógicas de diferenciação e (auto)segregação socioespacial, nas pequenas cidades.

Assim, um objetivo que se manifesta em segundo plano nesta pesquisa, é entender se realmente as lógicas que atuam nos processos de diferenciação e (auto)segregação em metrópoles e cidades médias, seriam as mesmas lógicas que atuam nesses processos em pequenas cidades.

Sposito e Silva (2013, p. 17) afirmam que “a cidade pequena não é um dado a priori, e não deve ser tratada isoladamente, e sim no plano de suas relações com outros centros”. Mas também, nos pautando na afirmação de Sposito e Silva (2013), de que as cidades pequenas não podem ser generalizadas devido às suas especificidades funcionais e produtivas, reiteramos a importância do estudo na escala local, onde procuramos compreender quais são as lógicas e os movimentos que têm atuado na produção e reprodução desse espaço urbano, na maneira como ele se estabeleceu e vem sendo reconstituído.

O município de Paulicéia fica no extremo oeste do estado de São Paulo. Foi um povoado fundado em 1947, e que buscava estabelecer uma conexão comercial com o estado vizinho, na época, o Mato Grosso, atualmente, Mato Grosso do Sul. Foi emancipada como município em 1948, e teve um rápido crescimento, devido estar ao lado do terminal final da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (IBGE, 2010). O município atualmente tem suas economias principais ligadas à atividade pesqueira, ao turismo, às olarias, à construção civil, e à usina de açúcar e álcool, Caeté. Sua população estimada é de 7.454 habitantes (IBGE, 2020) e situa-se na região administrativa de



Presidente Prudente/SP. A Figura 1 indica a localização do município no Estado de São Paulo.

Atualmente a cidade faz parte da lista de Municípios de Interesse Turístico (MIT) do Estado de São Paulo. Os municípios com potencial turístico que são contemplados, recebem um incentivo financeiro para manutenção e recuperação das antigas estâncias. O Plano Diretor Municipal publicado em 2017, traz a lei complementar nº 954 de 2017 (PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULICÉIA, 2017), que estabelece a inserção do município no MIT, seguido da apresentação de alguns dados socioeconômicos, as principais rodovias e cidades próximas, e um guia descritivo dos estabelecimentos comerciais e também pontos turísticos da cidade.

Paulicéia também é conhecida pelas festas típicas que costumam ocorrer durante o carnaval, nas datas de cunho religioso, as festas dos santos em junho e julho (festas juninas), eventos de motocross, rodeio e provas de laço. Estas costumam receber não só a população local, mas de municípios vizinhos, como por exemplo: Panorama/SP, Santa Mercedes/SP e Brasilândia/MS.

Conceitos Fundamentais

Inicialmente, destacamos o fato de que o município apresenta tanto no Censo de 2010, como para a aproximação atual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma população total abaixo de oito mil habitantes, sendo classificada pelas Regiões de Influência das Cidades (REGIC) de 2007 e de 2018, como um centro local, ou um centro de influência local. Esses fatores exigem uma reflexão sobre as características dessa cidade, e como devemos tratá-la conceitualmente, enquanto uma cidade pequena, uma pequena cidade, ou uma cidade local.

Neste estudo o conceito de *cidade* é compreendido a partir das contribuições de Souza (2003), se tratando de um centro consolidado pela complexificação das relações de trabalho, onde se assenta grande população de não produtores, que encontram nesses centros as demandas necessárias à vida cotidiana.

Milton Santos, traz o conceito de cidade local em seu livro, *A urbanização brasileira* (1993), onde ele utiliza metodologias quantitativas, sistematizando os Censos do IBGE, para determinar que existe um predomínio da população urbana sobre a população rural, movimento que se iniciou em 1960, e se intensificou até a década de 1980. No livro, o autor também especula como a nova ordem mundial, o processo de globalização, a divisão social e territorial do trabalho e a financeirização, articulados a essa recente urbanização brasileira, virão a conduzir para consolidação do que ele chama de meio técnico-científico e informacional.

É nessa transição que a antiga *cidade dos notáveis* (SANTOS, 1993, p. 51), ou seja, aquela antiga cidade representada pelos cidadãos notáveis, como o padre, o delegado, a professora do primário, etc. agora passa a ser a cidade econômica, exercendo uma atividade especializada para economias externas, e também servindo como um pequeno centro de atividades e de comércio que dão suporte aos elementos essenciais à vida, se materializando enquanto uma cidade local.

É preciso enfatizar, que nestas colocações, Santos não tinha como objeto de estudo as pequenas cidades ou as cidades locais, na verdade, como define o título da obra, Santos apresentava suas considerações sobre o processo da urbanização brasileira.

Sposito e Silva (2013, p. 19) determinam que a expressão mais adequada é de *cidades pequenas*, pois na língua portuguesa, o adjetivo, *pequena*, vem depois do substantivo *cidade*, logo esta seria a forma correta de se referir em nosso idioma. Os autores utilizam a expressão conceito/noção, pautado na ideia de se tratar de um estudo não definido, por existirem diferentes concepções acerca do conceito ou noção ideal a ser utilizado quando estudamos as cidades pequenas. Fresca e Veiga (2011) criticam o uso conceitual do termo cidades pequenas, enfatizando que o mesmo está bastante vinculado a aspectos de demografia, associado às cidades de pequeno porte, além do uso recorrente pelo senso comum, que o torna vago.

Fato que é apontado tanto por Sposito e Silva (2013) como por Santos (1993), é de que as cidades pequenas se caracterizam pela sua subordinação, exerçam elas as mais diferentes e variadas funções na divisão territorial do trabalho e na rede econômica local ou regional. De modo que seriam também compreendidas como cidades que não foram/são capazes de se inserir nos principais circuitos do meio técnico-científico-e-informacional, por não ter as vantagens necessárias em infraestrutura, geologia (recursos naturais e minerais), localização, entre outros.

Neste estudo optamos por dialogar e articular nossos resultados às noções apresentadas por Endlich (2017a), sobre o trato conceitual mais adequado para se referir a estas aglomerações urbanas, enquanto pequenas cidades ou enquanto cidades locais.

Endlich, define no *Glossário de geografia humana e econômica* (2017b), o termo *cidade-pequena*. Suas contribuições também são trabalhadas no capítulo 2 do livro *Estudos Urbanos* (2017a), onde ela enfatiza a dupla responsabilidade de pensar os aspectos ligados ao porte e tamanho demográfico, e também o papel da cidade em seu relacionamento com os outros centros e sua influência na rede regional.

A autora delimita o conceito de cidade local, nos ideais apresentados por Milton Santos. A cidade local, representando os espaços urbanos que apenas são capazes de satisfazer as necessidades vitais dos residentes.

É preciso ter cautela ao se determinar a pequena cidade por seu porte demográfico ou desconsiderando as conjunturas. De acordo com a autora, fazer uma classificação conceitual das cidades, infere em comparações, onde os critérios não podem ser

tomados como absolutos, visto as disparidades em diferentes dimensões, onde em determinados contextos cidades com baixa população podem exercer influência considerável entre as demais (ENDLICH, 2017a).

A pequena cidade, é conceituada buscando determinar se um espaço urbano, apresenta as mínimas configurações que a qualificam enquanto uma cidade. Essas teorizações e propostas metodológicas, são trabalhadas por Endlich (2017a) nas considerações de Desmarais (1984), que sugere que uma cidade, deve suprir as demandas da vida cotidiana de ao menos o dobro da população residente, e Cote (1986), quem acredita que se deve analisar a oferta de funções e serviços que a cidade apresenta.

Com isso, a autora propõe que se deve pensar a realidade brasileira na definição dos critérios mínimos para determinar se estes espaços urbanos, essas aglomerações urbanas, podem ser consideradas ou não cidades. Pois elas estão estabelecidas enquanto um espaço urbano, e inseridas nas dinâmicas do capitalismo, divisão territorial do trabalho e da globalização. São estes espaços que apresentam as mínimas configurações e complexidade em suas funções, diante das metodologias apresentadas, que podem ser conceituados de acordo com Endlich (2017a), enquanto pequenas cidades. Já os centros que ainda não atingiram determinada complexidade, são tratados enquanto cidades locais.

Essas teorias irão guiar o trato conceitual para o município de Paulicéia/SP com a aplicação dos procedimentos metodológicos. Trazendo um exemplo a parte, Mesquita e Mendes (2014), afirmam que algumas aglomerações com 20 mil habitantes em Goiás, não apresentam essas configurações mínimas e tem grande importância na rede urbana regional, se diferindo de uma cidade com a mesma população em São Paulo.

Em sequência, objetivando a clareza no trabalho, consideramos importante uma caracterização dos conceitos de diferenciação, segregação e fragmentação socioespacial.

Vasconcelos *et al.* traz no primeiro capítulo do livro *A cidade contemporânea: segregação espacial* (2013), uma fundamentação acerca da noção espacial de diferenciação socioespacial, entre outras, buscando aproximá-la da desigualdade e da segregação socioespacial, sobre o ponto de vista que os sujeitos são produtores do espaço, entretanto o espaço é produzido a partir de condições impostas aos sujeitos, detalhe já apontado, sejam por fatores estruturais ou conjunturais, mas que definem os espaços urbanos, estabelecem identidades e territorialidades, assim determinando suas formas e funções de maneiras heterogêneas ao longo do tempo. Desse modo podemos entender que a cidade possui *marcas* e *expressões*, se diferenciando em suas edificações e infraestruturas, a partir das especificidades socioeconômicas, das práticas socioespaciais, pela ação do tempo e também das relações políticas e econômicas.

De acordo com Corrêa, a organização do espaço trata-se essencialmente: “da divisão espacial do trabalho, com a disposição e distribuição espacial da infraestrutura técnica e social, apresentando os padrões de segregação e autosegregação residencial” (Corrêa, 1986, p. 57 apud Souza, 2013, p. 37). A afirmação compactua com Vasconcelos *et al.* (2013) e contribui com a representação de uma cidade onde os espaços se diferenciam em função da divisão social de classes.

O conceito de segregação socioespacial é bastante polissêmico. Corrêa (2013), sugere que existem dois tipos de segregação socioespacial, a segregação imposta, aquela onde as opções de moradia são ínfimas se não, nulas, e a autosegregação, exercida

pelos classes dominantes, quando optam por se estabelecer e residir em residenciais fechados.

Negri dedicou um artigo a discorrer sobre a segregação socioespacial, onde afirma que as classes dominantes “ao consumir e valorizar de maneira diferenciada o espaço urbano, produzem a segregação socioespacial” (2008, p. 130). A segregação é mais do que uma divisão de classes na cidade, é segundo o autor, um instrumento de controle dessas classes. Viver em um bairro segregado envolve mais que apenas o espaço, significa ter oportunidades desiguais em termos de consumo, educação, saúde, renda, qualidade de vida, para que se restrinjam as chances de ascensão social e econômica, de modo que os que ali habitam, tenham de reproduzir sua força de trabalho, mantendo os padrões hegemônicos vigentes (NEGRI, 2008).

Roma (2008), enaltece em sua dissertação as diferenças na reprodução das lógicas de segregação nas pequenas cidades e cidades locais. Entre seus apontamentos, destaca-se a forte presença dos agentes que produzem o espaço, em diferentes dimensões da vida urbana. Sejam estes, aqueles agentes hegemônicos, ou mesmo grupos que emergiram da sociedade civil. A autora aponta a *visibilidade dos processos sociais*, destacando como habitar nas áreas de melhor infraestrutura, ou em condomínios fechados nestes centros, representa se distinguir socialmente com superioridade sobre a população. Além disso, a relação entre o urbano e o rural é bastante visível, principalmente nas cidades locais.

A pesquisa trouxe alguns indicadores de fragmentação socioespacial que devem ser considerados, como por exemplo, a falta de interação pelos cidadãos residentes do condomínio Portal das Águas no comércio local, portanto, trazemos algumas teorizações sobre o conceito.

Como descrevem Sposito e Sposito (2020) tanto a diferenciação socioespacial como a segregação socioespacial ou a autosegregação, podem ocorrer concomitantemente enquanto produzem circuitos fragmentados entre as dimensões da vida urbana. Entretanto, essa condição não permite que tratemos determinados conceitos como sinônimos, visto que denotam processos diferentes nos planos ideal e material.

De acordo com as considerações de Sposito e Sposito (2020, p. 11), “a manifestação da fragmentação socioespacial se dá não apenas nas metrópoles, nas cidades médias ou intermediárias, podendo ocorrer também nas pequenas cidades”. Para entender o fenômeno é preciso uma análise multiescalar dos espaços geográficos e sociais, em um estudo que compreenda as particularidades da escala local e as práticas socioespaciais dos cidadãos, junto a inserção dessa cidade nas dinâmicas regionais.

Dal Pozzo (2008, p. 29) se guia em Janoschka e Glasze (2003) para afirmar que “a fragmentação socioespacial é pautada nas práticas socioespaciais de indivíduos que pouco frequentam e utilizam os espaços públicos”, cujas dimensões da vida cotidiana ocorrem nos espaços privados, restringindo o contato com aqueles que apresentam um outro estilo de vida.

A partir destas teorias, buscamos determinar os procedimentos metodológicos mais adequados e estabelecemos os parâmetros para condução da análise. Determinamos que a pesquisa empírica e qualitativa, seria essencial para capturar a percepção dos cidadãos em relação a cidade.

Procedimentos Metodológicos

Existem questões centrais derivadas dos objetivos que devem orientar a execução da pesquisa e seus procedimentos metodológicos. Seriam elas: nesta cidade pequena se manifestam os fenômenos de diferenciação e (auto)segregação socioespacial? Existe um processo de fragmentação atuando no município de Paulicéia?

Essas questões ajudaram a definir quais seriam as bibliografias e os procedimentos mais adequados para sua realização. Buscando uma sistematização eficiente para execução das etapas do estudo, o Quadro 1 associa essas questões aos procedimentos metodológicos que seriam utilizados para alcançar os objetivos.

Objetivos específicos	Procedimentos metodológicos
Definir se ocorre o processo de diferenciação socioespacial na cidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Observação e registros gerais em campo; • Registro de iconografias para análises posteriores; • Aplicação de questionários; • Elaboração de um cartograma sobre o uso do solo na cidade com os dados coletados; • <u>Articulação dos dados com a bibliografia.</u>
Definir se ocorre o processo de segregação socioespacial (autossegregação).	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de questionários; • Elaboração de gráficos e cartogramas que expressem os dados; • <u>Articulação dos dados com a bibliografia.</u>
Especular se existem indicadores da ocorrência do processo de fragmentação socioespacial.	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de questionários; • Elaboração de gráficos e cartogramas que expressem os dados; • <u>Articulação dos dados com a bibliografia.</u>

Determinar tais processos a partir de um estudo das práticas socioespaciais exige uma análise multiescalar, que compreenda desde o modo de vida e cotidiano dos sujeitos e agentes que produzem esse espaço, como as redes regionais em que o município se insere.

Desenvolvemos então um questionário geral, com questões simples para aplicar aos moradores, onde procuramos entender o perfil socioeconômico e as práticas socioespaciais dos cidadãos, permeando as dimensões do consumo, da habitação, do lazer, da mobilidade e do trabalho.

Nossa proposta é um questionário qualitativo que siga o rigor das metodologias quantitativas (estatísticas), definindo uma amostra sobre a população do município, para que assim, os resultados obtidos com a aplicação dos questionários tenham uma representatividade sobre esses moradores. Utilizamos uma calculadora amostral para definir o número mínimo de cidadãos que os questionários deveriam atingir (COMENTTO, 2018).

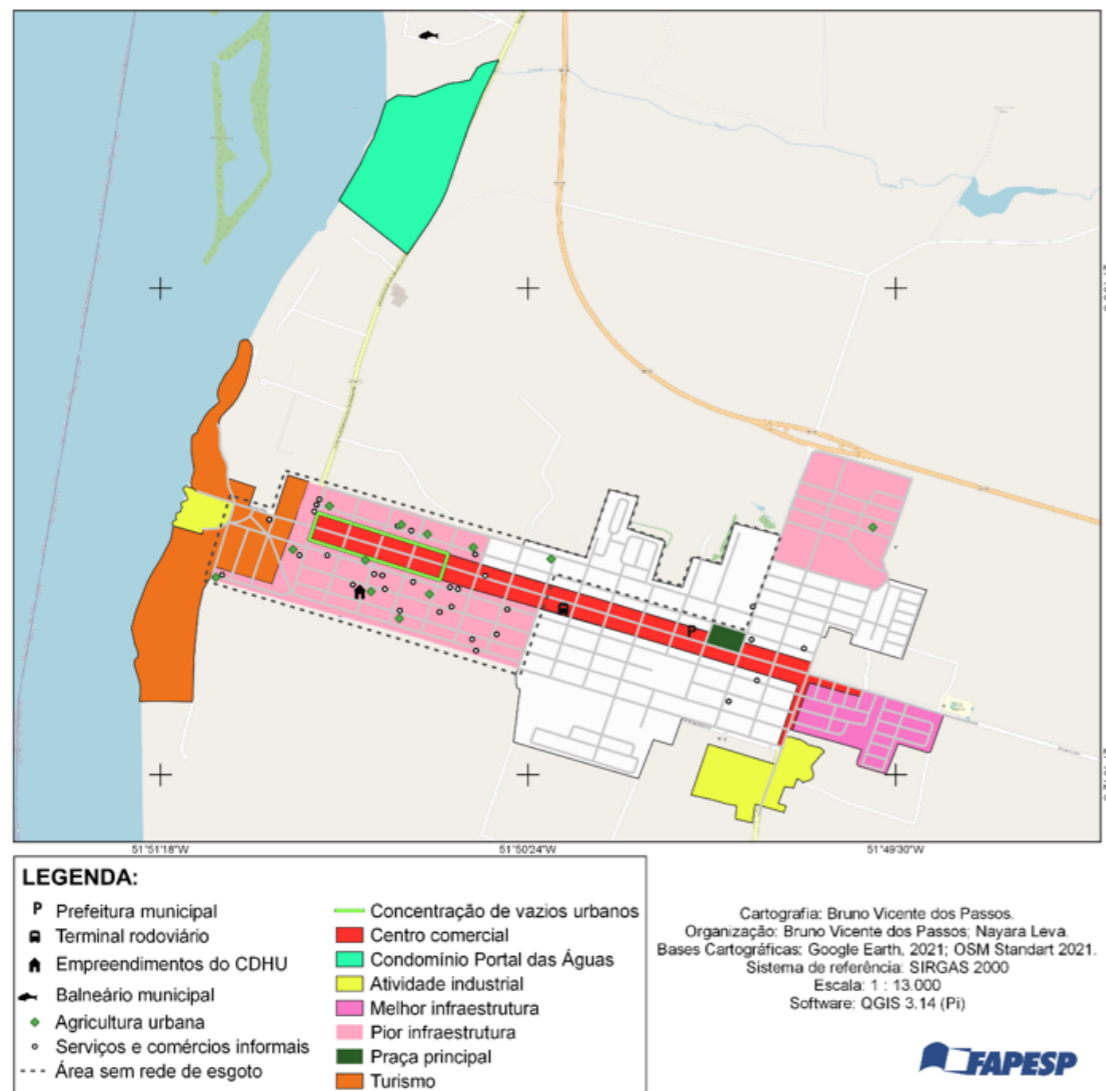
Sem os dados de um censo mais recente, nosso universo buscou se aproximar da população urbana atual a partir da população estimada pelo IBGE para 2020 (7.454 habitantes), aplicamos a variável do percentual da população urbana do Censo de 2010 (83,14% da população), e o valor aproximado para o universo que representaria a população urbana atual foi de 6.197 habitantes.

A variável selecionada para distribuição da população representa o universo mais heterogêneo. A calculadora trabalha com uma margem de erro máxima de 5% e 95% de confiança, e como resultado, obtivemos o número 362. Logo, o questionário

deve atingir ao menos 362 habitantes da cidade, para que a análise tenha um efeito representativo (não significa que precisam ser aplicados 362 questionários, pois em uma residência podem habitar duas ou mais pessoas).

Conseguimos atingir um total de 68 questionários respondidos (Quadro 2), somando 373 moradores da cidade. Na zona oeste, onde se concentra maior número de imóveis habitados, foram aplicados 37 questionários. Na porção leste, onde havia uma menor concentração de imóveis, foram aplicados quatro questionários, entretanto, é importante colocar que no bairro, o questionário foi recusado em outras quatro residências. Os demais 27 questionários, foram aplicados em outros diferentes pontos da cidade. Nesse momento, não conseguimos contato com moradores do condomínio fechado.

Nome/ Contato:
Primeiro Bloco – Perfil
1- Endereço/ Número de moradores:
2- Idade dos moradores:
3- Renda familiar: (a) até um salário (b) até três salários (c) três a seis salários (d) seis a dez salários (e) Acima de dez salários
4- Ocupação dos moradores:
Segundo Bloco – Habitação
5- Reside há quanto tempo no endereço?
6- Reside há quanto tempo no município?
7- Sua residência é: (a) própria quitada (b) própria financiada (c) alugada (d) cedida por familiar (e) cedida por empregador (f) outro;
8- Tem vontade de mudar de cidade (onde)?
9- Tem vontade de mudar de endereço na cidade (onde)?
10- Divide a casa com outros familiares (coabitação familiar)?
11- Pratica algum tipo de agricultura como alternativa de subsistência?
12- Exerce alguma atividade, prestação de serviço, ou comércio informal com alternativa a complementar a renda (ou renda total)?
13- O que você não gosta de onde mora?
14- O que gosta de onde mora?
Terceiro Bloco – Qualidade de vida na cidade e consumo
15- Você acha que a cidade oferece empregos suficientes para os moradores?
16- Você acha que a cidade tem opções de lazer para jovens e adultos?
17- Você acha que a cidade oferece atendimento em saúde?
18- Você acha que a cidade oferece opções de educação para as crianças, adolescentes e universitários?
19- Você participa das festas tradicionais que ocorrem na cidade?
20- Você costuma frequentar a feira da cidade?
21- Você costuma fazer suas compras: (a) mensalmente (b) semanalmente?
22- Você costuma fazer suas compras na cidade ou em outras cidades?
23- Você costuma comprar roupas e sapatos na cidade ou em outra cidade?
24- Compra coisas pela internet?
25- Possui automóveis (Quantos-quais)?
26- Sente dificuldade em se deslocar pela cidade?
27- Acha que a cidade satisfaz suas necessidades?
Quarto Bloco – Infraestrutura urbana
28- Como você avalia a infraestrutura do lugar em que mora?
29- Como você avalia o serviço de saneamento do lugar em que mora?
30- Como você avalia o serviço de abastecimento elétrico de onde mora?
31- Como você avalia o serviço de internet de onde mora?
32- Como você avalia o serviço de coleta de lixo de onde mora?
(a) Muito bom (b) Bom (c) Regular (d) Ruim (e) Muito ruim



A leitura do mapa de uso do solo é essencial neste estudo, pois nele se destacam as diferentes funções que são exercidas no espaço do perímetro urbano, além de refletir alguns aspectos da desigualdade se manifestando. Sua elaboração foi possível a partir de um trabalho empírico, envolvendo o deslocamento entre as ruas e bairros do município, fazendo registros de dados e iconografias ligados à infraestrutura, saneamento, qualidade das habitações, serviços informais, prática de agricultura urbana, mas também a partir de dados obtidos com a aplicação do questionário. Esses dados foram transformados em bases cartográficas e cartogramas, no software gratuito *QGIS 3.14 (Pi)*³.

Os últimos procedimentos envolveram a digitalização das respostas dos questionários, a construção de uma base de dados digital e em seguida, a formatação de gráficos proporcionais, e a análise final dos resultados, articulando e sistematizando os materiais obtidos e produzidos.

³ O QGIS é um software livre e de código aberto, profissional, para o gerenciamento de arquivos de Sistema de Informação Geográfica (SIG).



Figura 3 - Acima zona oeste, abaixo zona leste. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.

Resultados e discussões

A aplicação das metodologias da pesquisa, determinou que de fato, na cidade de Paulicéia, se manifestam padrões de diferenciação socioespacial, que evidenciamos no mapa da Figura 2, e também nas fotografias que trazemos (Figura 3). Os imóveis mais próximos à margem do Rio Paraná, em sua maioria encontram-se vazios, dedicados ao turismo em temporada. Nas margens se situa uma indústria de extração mineral (areia). Outra constatação elementar que podemos fazer no campo da geografia urbana é de que a cidade apresenta um plano ortogonal bem definido. A leitura do mapa evidencia as áreas de pior infraestrutura e melhor infraestrutura na cidade.

Em uma primeira leitura do trabalho empírico pela cidade e dos dados obtidos com os questionários, se evidencia que, na porção oeste (zona oeste), é onde encontramos a pior infraestrutura. A população residente possui a faixa de renda predominante de até um salário mínimo (64%). Nessa porção da cidade, também não existe rede de esgoto funcionando e os moradores se queixam que frequentemente ficam sem abastecimento de água. O saneamento básico foi duramente criticado. Observamos que o centro comercial desta área, conta com uma alta concentração de vazios urbanos e comércios desativados.

O mapa da Figura 2, destaca na zona oeste a concentração de atividades informais, venda de variados produtos artesanais, oriundo da pesca ou da prática da agricultura

Figura 4 - Gráfico da faixa de renda dos moradores da zona oeste. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.

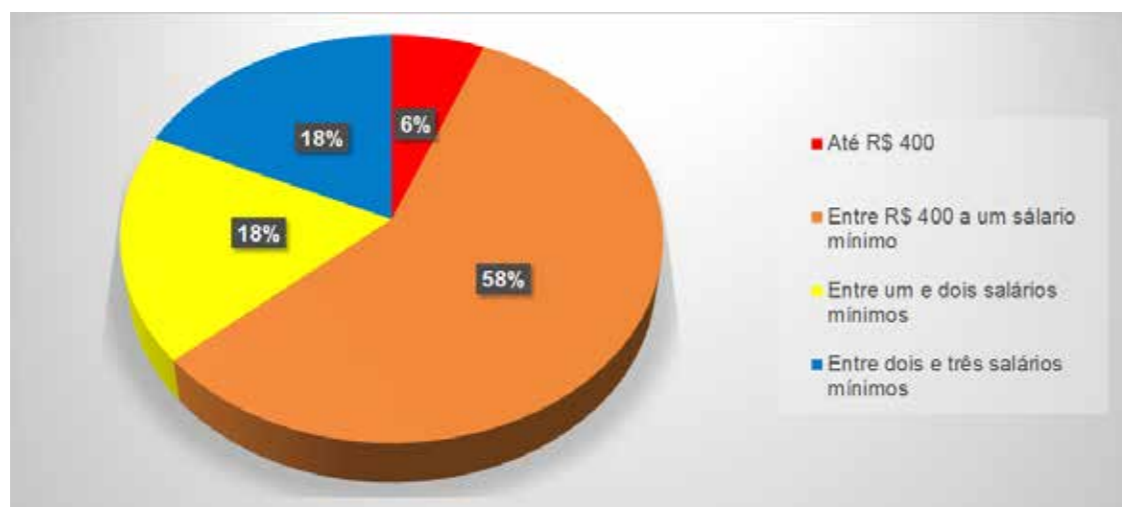
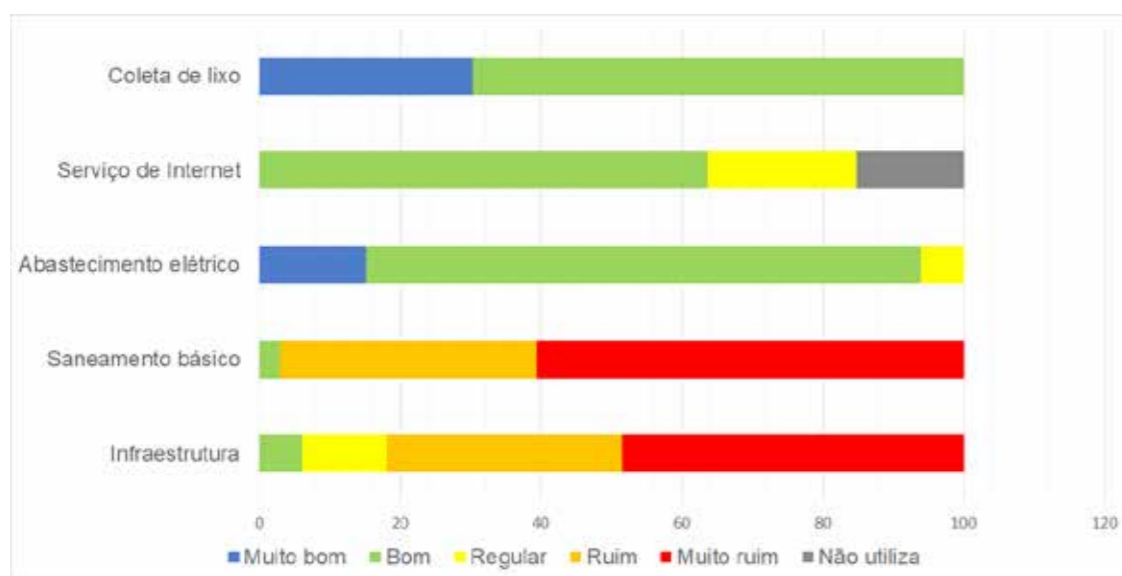


Figura 5 - Opinião dos moradores da zona oeste sobre aspectos da área em que residem. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.



urbana, oferta para prestação de serviços, a agricultura urbana em si, além da precariedade na infraestrutura (sulcos no asfalto, calçadas quebradas, qualidade das habitações). Nessa área estão situados os empreendimentos de moradia da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU).

Na porção leste, onde registra-se a melhor infraestrutura, não observamos tantos problemas no asfalto. Existe uma concentração de imóveis de menor porte, em terrenos maiores, com projetos arquitetônicos *modernos*, habitações mais valorizadas e contando com uma rede de saneamento eficiente.

Vasconcelos *et al.* (2013), argumenta que a diferenciação socioespacial está associada à desigualdade social, que se manifesta na produção do espaço. Sobre essa ponderação, reafirmamos a importância da leitura de um mapa de uso de solo urbano que abarque as impressões sobre a infraestrutura urbana e suas redes de saneamento básico, acompanhado de uma leitura dos aspectos socioeconômicos dos moradores da cidade, para indicar ao leitor a manifestação do fenômeno de diferenciação socioespacial, e como de fato este se associa a desigualdade.

Sintetizamos no gráfico da Figura 4, quais as faixas de renda dos cidadãos que moram na zona oeste, e através do mesmo inferimos o predomínio de famílias que vivem com a renda mensal de até um salário mínimo na zona oeste da cidade. Já a Figura 5, traz a opinião dos cidadãos residentes da zona oeste, sobre a qualidade da infraestrutura (qualidade das vias, asfalto e calçadas), do saneamento básico (rede de esgoto e

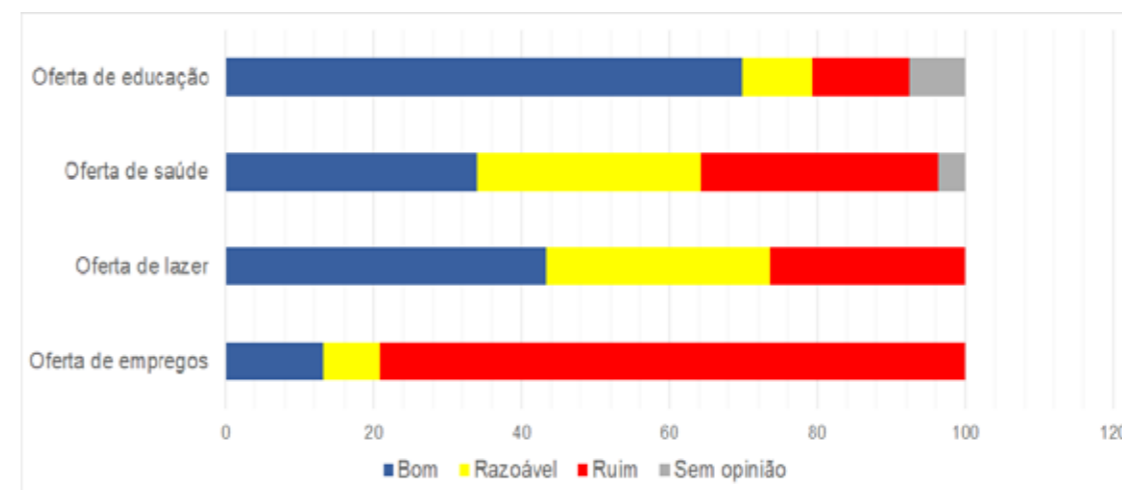


Figura 6 - Opinião dos cidadãos sobre oferta de empregos, lazer saúde e educação. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.

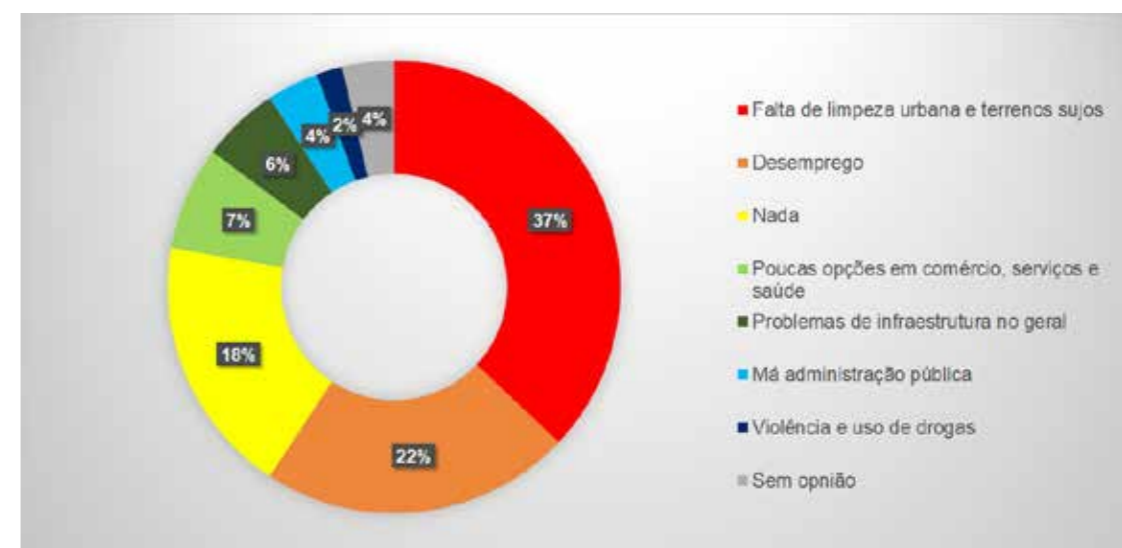


Figura 7 - O que os cidadãos não gostam da cidade. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.

abastecimento hídrico), do abastecimento elétrico, do serviço de internet e da coleta de lixo, na área em que residem da cidade.

Esse dado denota as mencionadas críticas dos moradores quanto aos aspectos de infraestrutura e saneamento básico. Interpretando o fato deles em geral se queixarem do desemprego, que fica evidente nas Figuras 6 e 7, e possuírem uma renda predominante de até um salário mínimo, conseguimos nos aproximar de uma explicação para a concentração de serviços e comércios informais na zona oeste, como alternativa a uma fonte de renda.

As pessoas que responderam que haveria uma oferta de emprego razoável na cidade, comentaram que existem setores específicos em que de fato existem vagas e ofertas de emprego. Aos capacitados em operação de maquinário ou técnicos em açúcar e álcool, na Usina Caeté, na construção civil enquanto pedreiro ou auxiliar de obra, e também nas olarias da cidade. Uma participante criticou o fato de não haver oferta de empregos para as mulheres. Em sua fala, repetiu o fato que a cidade oferece empregos principalmente na construção civil e nas olarias para os homens, comentou que até a colheita da cana-de-açúcar para a usina é feita com maquinário, e exige capacitação de mão de obra que a cidade não oferece. Por essas razões, as mulheres que não conseguem empregos no comércio local, se sujeitam aos serviços informais, principalmente fazendo faxinas eventuais ou cuidando de crianças e idosos.

Figura 8 - Concentração de serviços e comércios informais na zona oeste. Legenda: (Bar da vovó Maria; vende-se verduras; vende-se gelinho; concerto de eletrodomésticos; concerto de roupas; limpa-se fossa). Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.



Figura 9 - Erosão fluvial no asfalto da zona oeste da cidade. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2020.



Um número considerável de cidadãos não se queixou sobre a oferta de educação. Contudo, dialogando com os moradores mais jovens, eles mencionam a inexistência de opções de educação, tendo que recorrer ao município de Dracena para capacitações, e até mesmo, a realização do ensino médio em escolas com melhores índices de aprovação em vestibulares.

Ademais, muitas pessoas se referiram a oferta de saúde como precária, e afirmam, que para diferentes tipos de atendimento especializado (exemplos: cardiologista, oncologista) é preciso recorrer ao município de Dracena, Adamantina ou de Panorama.

Quando questionados sobre o que menos gostam na cidade, o desemprego aparece novamente. Entretanto, em primeiro lugar aparece a falta de limpeza das ruas, sarjetas, e o excesso de terrenos que acumulam entulho e sujeira na cidade. Estes pontos viabilizam a proliferação de animais nocivos, como escorpiões, e que ameaçam a saúde pública e transmitem doenças, como roedores e insetos. Na terceira posição, um percentual significativo da população, citou que nada desagradava na cidade.

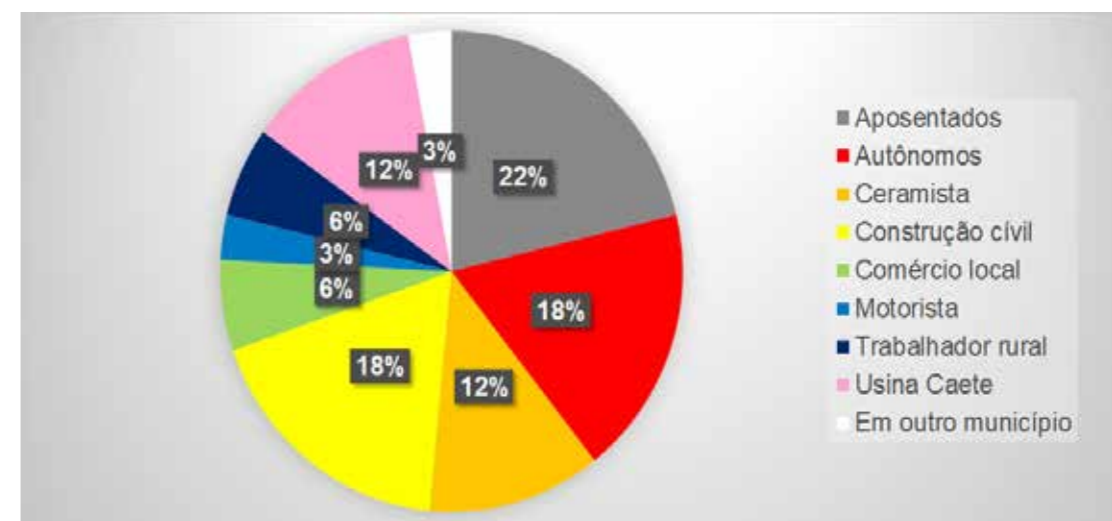


Figura 10 - Gráfico da ocupação dos moradores da zona oeste. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.

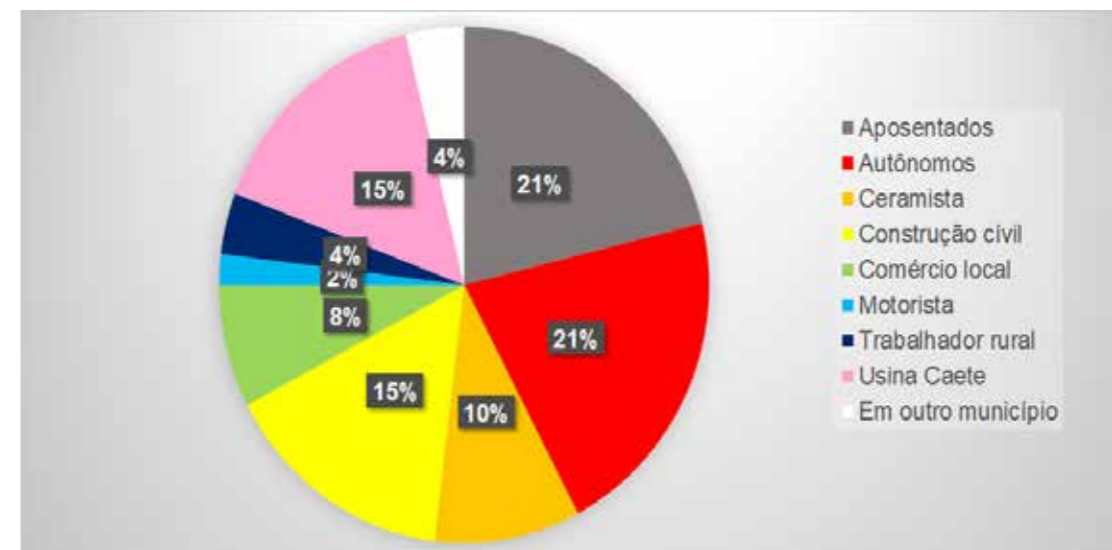


Figura 11 - Gráfico da profissão dos cidadãos em geral. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.

Roese (2004) fala da prática da agricultura urbana, que é algo realizado em residências ou pequenas áreas na cidade, e destinado à produção de cultivos para consumo próprio ou para a venda em pequena escala. A compreensão dessas práticas na cidade, está ligada em parte a uma tradição na relação com o campo, mas conforme diz Drescher (2001, p. 9) “a produção urbana de comida pode ser definida como uma estratégia induzida pela crise, que garante a sobrevivência do segmento mais pobre da população”. É interessante não desprezar a prática, diante dos demais contextos da vida urbana no município, de modo que ele contribui na compreensão da ocorrência dos processos de diferenciação e segregação socioespacial. Entre as variedades de cultivos citadas pelos moradores as que mais apareceram foram, mandioca, alface, cebolinha, couve, feijão, além disso, a criação de galinhas e porcos, com a finalidade de alimentação familiar.

A Figura 8 reúne um conjunto de fotografias indicando diferentes atividades comerciais e a prestação de serviços informais que se concentram na zona oeste da cidade. Já a Figura 9 exhibe uma erosão fluvial (sulco) no asfalto encontrada entre tantas outras na zona oeste.

Analisando os gráficos nas Figuras 10 e 11, que apontam as ocupações dos cidadãos, podemos observar as principais economias do município se destacando, entre elas, a cerâmica, a mão de obra na usina e a construção civil. Notamos também a alta incidência de trabalhadores autônomos, o que podemos associar ao desemprego na cidade. Ademais, entre as famílias que mencionaram que estavam todos desempregados, contando apenas com auxílio emergencial, o bolsa família e *freelancers* eventuais,

Figura 12 - Tem vontade de mudar de cidade ou endereço? Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.

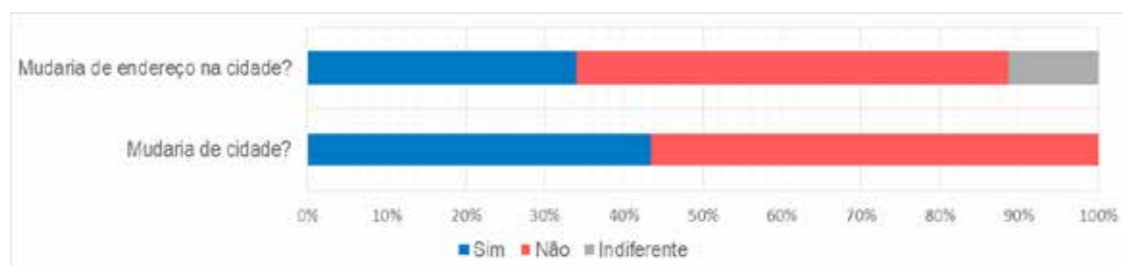
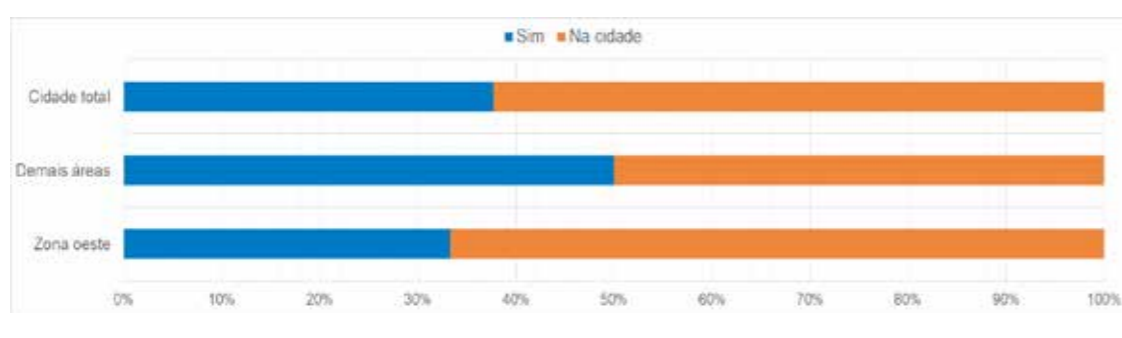


Figura 13 - Regime de propriedade. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.



Figura 14 - Realiza as compras em outras cidades? Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.



71% são moradoras da zona oeste, e 86% estão nas áreas de pior infraestrutura da cidade. Estes representam 18% daqueles que responderam ao questionário.

Das famílias que responderam ao questionário na zona leste, metade delas conta com chefes de famílias que se ocupam na Usina Caeté, e a outra metade, são trabalhadores de outros municípios, inseridos ou no setor público, ou no setor imobiliário. E desse total, 100% das famílias, apresentam uma faixa de renda entre três e seis salários mínimos.

A Figura 12, indica que uma parcela significativa da população urbana, mudaria de município, ao mesmo tempo que um outro número significativo de moradores mudaria de endereço. Entre aqueles que gostariam de mudar de endereço na cidade, dois terços correspondem a moradores da zona oeste, e quando questionados sobre qual lugar consideram o melhor lugar da cidade para morar, 61% respondeu, o condomínio fechado Portal das Águas. Outras áreas elencadas foram o centro e a zona leste. Entre os municípios que os cidadãos trouxeram como opção para mudança, foram citados: Astorga/PR, Brasilândia/MS, Campinas/SP, Curitiba/PR, Dracena/SP, Marília/SP, Presidente Prudente/SP, Três Lagoas/MS, entre outros.

Esses dados podem estar associados tanto à infraestrutura urbana, a oferta de serviços, empregos e qualidade de vida, ou ao regime de propriedade sobre os imóveis, onde moradores que residem há muito tempo em imóveis quitados, ou aqueles que têm de viver em imóveis cedidos, se vêem fixados naquele local. Aqueles que não possuem

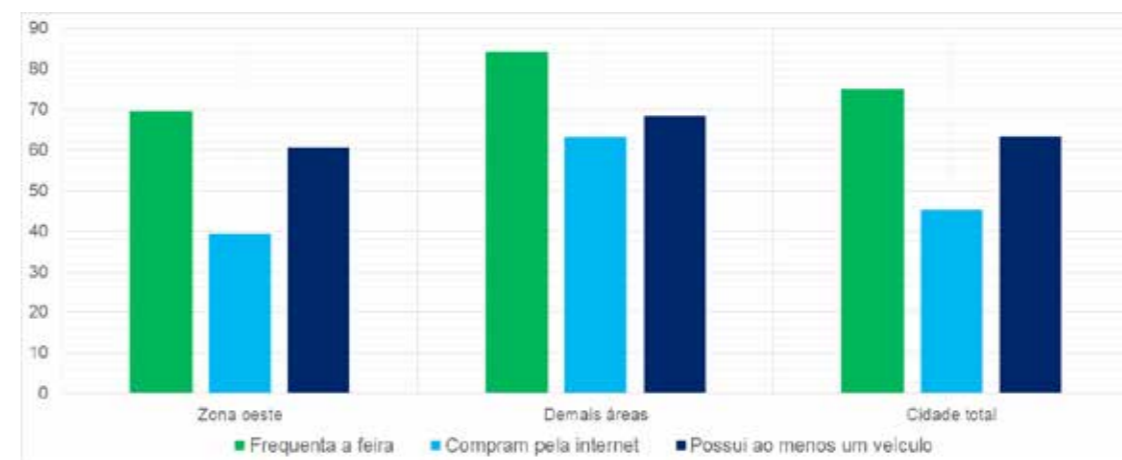


Figura 15 - Gráfico do consumo e da mobilidade. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.

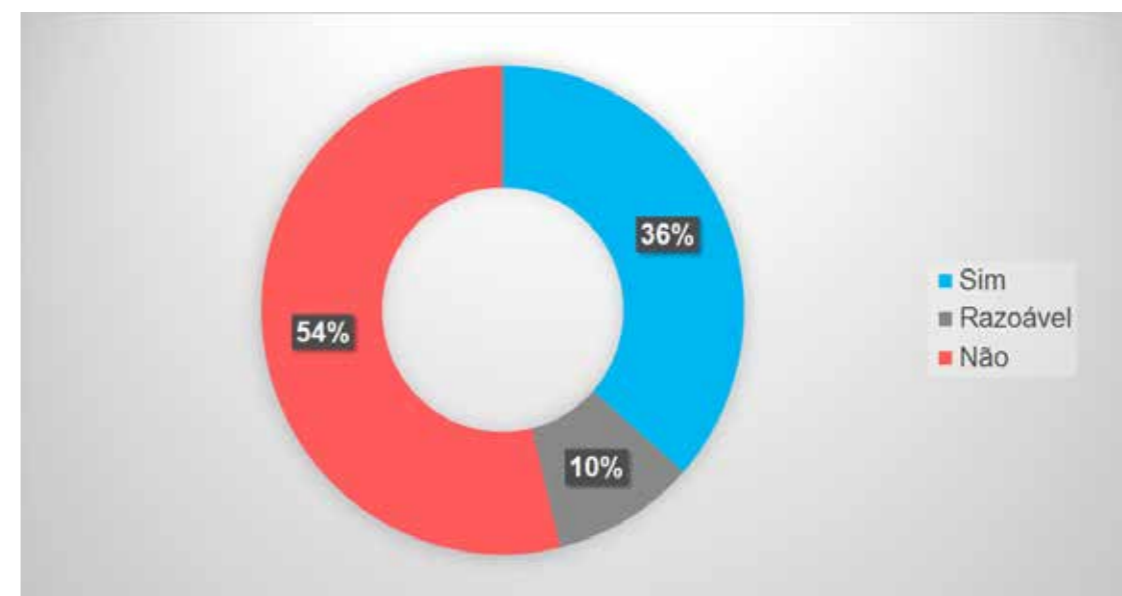


Figura 16 - A cidade satisfaz suas necessidades? Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.

imóveis, e que geralmente moram pagando aluguel, visualizam de maneira mais tangível a possibilidade de mudança.

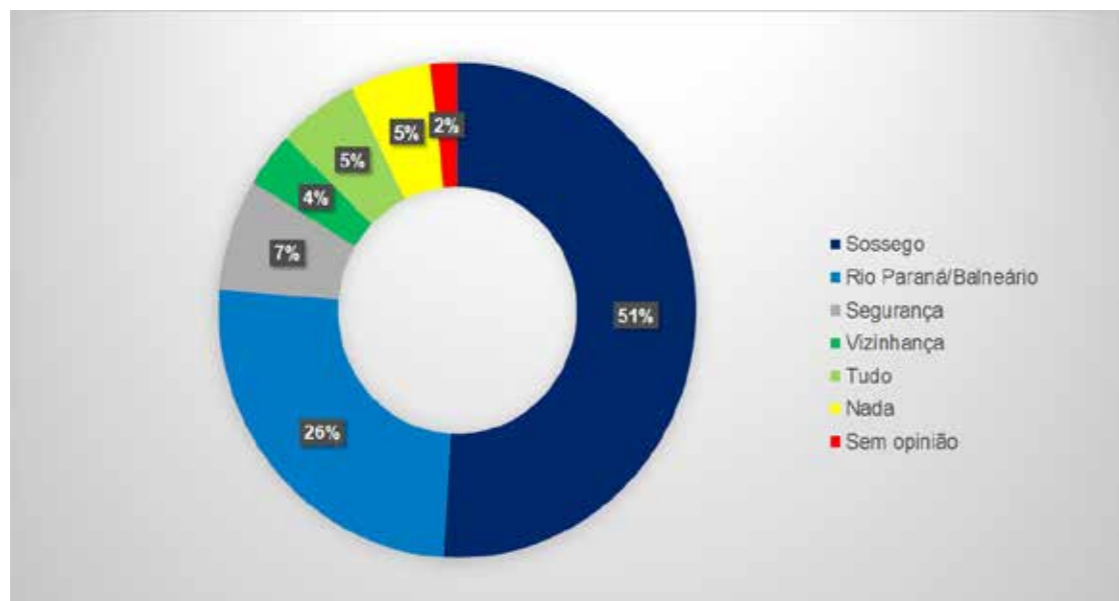
Levantamos algumas questões ligadas ao consumo, a mobilidade e a satisfação dos cidadãos em relação à vida urbana em Paulicéia/SP. Verificamos, que de certo modo, os habitantes da cidade utilizam a internet para compras, mas também o comércio local e a feira que ocorre aos sábados, ainda que um alto percentual realize suas compras (mensais/semanais) em outros municípios pelos preços mais baixos e maior variedade de produtos. Entre os municípios citados estão: Dracena/SP, Panorama/SP, Presidente Prudente/SP e Araçatuba/SP.

Algumas famílias da zona oeste, relataram que gostariam de fazer compras em outras cidades com maior regularidade, mas, que são impedidas pela ausência de um automóvel.

Nossas indicações a partir dos materiais apresentados, visam enaltecer os aspectos que de fato consolidam a manifestação da diferenciação socioespacial na cidade. Relacionamos as práticas espaciais cotidianas com as componentes do déficit habitacional (infraestrutura, saneamento, regime de propriedade, coabitação), concomitantemente enquanto estudamos se na ótica dos cidadãos, essa cidade é capaz de satisfazer as demandas e necessidades das famílias que nela residem.

Mais da metade dos moradores que responderam ao questionário, não acreditam

Figura 17 - O que os cidadãos gostam na cidade. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.



que a cidade satisfaz suas necessidades cotidianas. De fato, no município há uma gama estreita em variedade de produtos, incluindo nos supermercados. Em seu centro comercial existem apenas duas farmácias, uma agência bancária do Santander, e dois correspondentes bancários, do Banco do Brasil (Correios), e da Caixa Econômica Federal (Casa lotérica). Além disso, os moradores indicaram a existência de um monopólio comercial por uma antiga família do município.

Sobre essas noções, fica mais clara a qualificação desse espaço, enquanto uma cidade local, nos limiares delimitados por Santos (1993) e também organizados por Endlich (2017a), de modo que o urbano está ali consolidado e, apresenta concentração demográfica, sede municipal. No entanto, não atinge em suas configurações a complexidade através das funções que exerce, oferta de serviços, satisfação dos moradores e das redes que se insere, os critérios que a definem como uma pequena cidade.

Os moradores elencaram também, quais eram os aspectos que mais agradavam-lhes na cidade. O sossego, foi a toponímia apresentada pelos cidadãos, para apresentar o que era do agrado, seguido da presença do Rio Paraná.

A diferenciação socioespacial se manifesta nas formas, estruturas e símbolos construídos na cidade. Em suas porções oeste e nordeste, concentram-se as habitações mais simples, cujos residentes são predominantemente famílias que recebem até um salário mínimo, inseridas nas economias locais, e que, precisam recorrer a atividades autônomas e informais como uma garantia de renda. Esses moradores, reconhecem a falta de intervenção pública no que diz respeito a infraestrutura, limpeza urbana e condições de saneamento na área, algo que se queixaram bastante. Eles reconhecem também, a existência de áreas valorizadas na cidade e no município, que dispõem aos moradores, um quadro mais favorável em relação à infraestrutura, saneamento, qualidade das habitações e mobilidade (como na zona leste), além do lazer e da segurança (no caso do condomínio).

Diante de todos os materiais apresentados, e sobre as constatações colocadas, atuaria sobre a cidade, concomitantemente ao processo de diferenciação, um processo de segregação socioespacial? Para denotar se ocorre ou não a segregação socioespacial na cidade local, é preciso que retomemos as bases colocadas entre os conceitos fundamentais da pesquisa. No caso, Corrêa (2013), determina as duas formas de sua ocorrência, sendo a segregação imposta e a autosegregação.



Figura 18 - Infraestrutura e habitações no centro da cidade. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.
 Figura 19 - Habitações na zona leste da cidade. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.
 Figura 20 - Agricultura urbana na zona oeste da cidade. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2020.
 Figura 21 - Problemas urbanos na zona oeste. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.

A zona oeste, é uma área que se diferencia das demais como demonstramos, mas os moradores desta zona se mantêm inseridos nas dimensões da vida urbana na cidade, frequentando os espaços de consumo (feiras, supermercados, comércio local) e lazer (festas e eventos), ocupados em sua maioria dentro do município. Afirmar que esses moradores estão segregados, apenas pelo fenômeno da diferenciação não se sustentaria.

Todavia, existem outros valores que enaltecem essa percepção. Muitos moradores, ainda que afirmem que a cidade não os satisfaz, não tem a intenção ou vontade de deixar o município. Na cidade, existe um grande número de aposentados ou moradores de longa data, com imóveis quitados e que se encontram fixados na zona oeste, pelas dificuldades em vender ou alugar o imóvel, e conseguir se estabelecer em outra habitação confortável na cidade. Além disso existem as pessoas, cuja renda torna viável apenas o aluguel de casas na área com a pior infraestrutura.

Nesse contexto, poderíamos sim afirmar que há ocorrência do processo de segregação imposta, pois existem condições impostas a estas famílias, que lhes obrigam a habitar nos segmentos mais carentes da cidade. De certo modo também, podemos esboçar a ideia de que eles não foram segregados pela distância, mas sim pela relação entre os agentes.

Enquanto na cidade em geral, fomos bem atendidos pelos moradores, que se demonstraram receptivos a responder o questionário, mesmo ele sendo extenso. Na zona leste da cidade, não fomos tão bem recebidos. Na cidade, observamos que muitos moradores costumam colocar cadeiras e sentar na calçada de casa. Na zona leste, as casas possuem muros altos e portões fechados, e esse hábito também não é compartilhado. Na área há uma concentração menor de habitações, um espaçamento maior entre as casas. Não fomos recebidos nas duas primeiras residências em que tentamos aplicar o questionário, e ao decorrer da pesquisa, em mais duas.

Chamou a atenção na área, que haviam dois chefes de família que trabalhavam em outro município, e cotidianamente viajavam ao trabalho. Quando questionados sobre o porquê, elencaram o valor mais baixo do imóvel, o sossego e a presença do Rio Paraná. Ambas famílias, eram moradores de Dracena no passado. Outro aspecto importante, é que, 75% dos cidadãos nessa área, afirmaram não frequentar os eventos locais, associando esses eventos a bagunça, brigas, violência e acidentes.

Neste outro quadro, nos aproximamos das considerações de Corrêa (2013) sobre a autosegregação. Aquela onde os moradores com maiores faixas de renda, optam por habitar em áreas às vezes mais distantes, mas com melhor infraestrutura, onde afirmam buscar principalmente privacidade, segurança e conforto. Os mesmos, não se fragmentam da vida urbana, de modo que ainda utilizam em certa medida, o comércio local e determinadas áreas dedicadas ao lazer.

Além disso, fica evidente através da análise, alguns dos critérios apresentados por Roma (2008), por exemplo, na visibilidade dos processos sociais, onde os moradores enxergam a distinção de classes em diferentes áreas da cidade, sobretudo com aqueles que moram no condomínio e pouco interagem com a cidade e/ou aqueles que moram na zona leste; também na relação entre o urbano e o rural, visível nas áreas de segregação através da prática da agricultura urbana, ou da feira que ocorre aos sábados, e conta com mercadorias cultivadas em assentamentos, sítios e fazendas, da área rural do município.

Desse modo, afirmamos que na cidade de Paulicéia/SP, a segregação socioespacial está presente em seu espaço urbano sobre as perspectivas desta análise, e ela, se



Figura 22 - Saída das galerias pluviais no Rio Paraná. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.



Figura 23 - Olaria em Paulicéia/SP. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.



Figura 24 - Indústria de extração mineral (Porto de areia: Ilha Carolina). Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.



Figura 25 - Igreja matriz da cidade. Fonte: Bruno Vicente dos Passos e Nayara Leva, 2021.

soma ao processo de diferenciação socioespacial.

Há também uma crítica dos moradores mais antigos da cidade, e aqueles que se envolvem com a pesca. Os mesmos afirmam, que nos últimos 20 anos, a cidade e o rio têm sido cada vez mais poluídos, e o número de peixes vem diminuindo. As atuais galerias e bueiros da cidade, conduzem diretamente ao Rio Paraná, e ainda segundo os moradores, o esgoto que é recolhido na cidade, vem sendo despejado no Rio Ivaí.

Considerações finais

Em síntese, a partir de um conjunto de procedimentos metodológicos e articulação teórica, evidenciamos, que de fato, neste espaço urbano, se manifestam os processos de diferenciação e (auto)segregação socioespacial, e como eles ocorrem. A investigação relacionou as esferas socioeconômicas, com a infraestrutura e saneamento básico da cidade, e as práticas socioespaciais dos cidadãos que ali vivem, permeando as dimensões do consumo, da habitação, do lazer, da mobilidade e do trabalho.

O debate teórico elucidou nossa perspectiva acerca de como compreender a pequena cidade ou a cidade local, e como inferir a partir dos materiais obtidos com os procedimentos metodológicos, a ocorrência de determinados fenômenos espaciais, que vem sendo estudado principalmente nas metrópoles e cidades médias.

Defendemos que a construção deste estudo, reforça a contribuição de Endlich (2017a) em conceituar a pequena cidade, reconhecendo a dificuldade que existe em compreendê-las enquanto uma cidade, com o mínimo de complexidade e de funções. É diante disso, que julgamos necessário, um estudo mais atento às relações escalares na manifestação de fenômenos espaciais em pequenas cidades.

Verificamos que na vigência desses processos na cidade local, seus fundamentos funcionam a partir elementos que não estão necessariamente ligados pela distância, ou puramente pela situação geográfica. Generalizando, a segregação ocorre principalmente pela ausência do contato entre os moradores das áreas de diferenciação.

Ademais, continuamos especulando que exista um processo de fragmentação atuando sobre o município. Mantemos essa posição, pelas indicações de moradores da cidade, que visualizam determinada ascensão social sobre morar no condomínio fechado; também pelo fato de não termos conseguido contato com moradores do condomínio na realização dos trabalhos de campo pelo espaço urbano do município. Pretendemos, futuramente, construir um estudo que defina se o processo está em ocorrência, trazendo em evidência a relação escalar no método analítico sobre as cidades locais ou as pequenas cidades, em relação a outros centros.

Em nossa reflexão, portanto, não existe uma solução imediata que possa ser aplicada às deficiências que essa e outras cidades locais ou pequenas cidades venham a apresentar, efetivamente resolvendo o problema. O que existe são caminhos que gradativamente contribuiriam com a redução da desigualdade, e consecutivamente, a produção de um espaço menos diferenciado e mais acolhedor.

Um desses caminhos, é a emergência de lideranças locais e a formação de associações de bairros, ou de moradores. Ações coletivas que emergem da sociedade civil organizada, que pressionem e reivindiquem do poder público intervenções. Por exemplo: movimentos pela construção de moradias, movimentos que fomentem uma reforma nas vias e redes de saneamento, incentivos ao agricultor urbano, programas de distribuição de cultivos locais para as famílias mais carentes e escolas municipais,

formação de cooperativas para limpeza urbana e coleta de recicláveis, ônibus circular na cidade em horários específicos, que favoreçam os trabalhadores e os idosos, entre outros.

Por fim, é importante que sejamos realistas, pois ainda que venham a emergir iniciativas propondo melhorias pela sociedade civil, é normal que aconteça um embate entre forças desiguais, que não favorece a população do segmento mais carente. Então o que vislumbramos para este caso, é uma cidade local desigual, com uma economia que não atende à demanda da população, mas que ainda atende as famílias que vêm de outros municípios em busca de habitações com preços mais baixos, e que ofereça tranquilidade, segurança e lazer.

Agradecimentos

Os resultados são vinculados às pesquisas do Grupo de Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR) que estuda as pequenas cidades no projeto temático *Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira* (Processo: 18/07701-8), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Referências

- COMENTTO. *Calculadora amostral*. 2018. Disponível em: <https://comentto.com/calculadora-amostral/>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Diferenciação socioespacial, escala e práticas espaciais*. Revista Cidades. Presidente Prudente/SP, v. 4, n. 6, 2007, p. 62-72.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Segregação residencial: classes sociais e espaços urbanos*. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. *A cidade contemporânea: segregação socioespacial*. São Paulo/SP: Editora Contexto, 2013, p. 38-60.
- COTE, Marc. *La petite ville et sa place dans le développement algerien*. In: *Centre D'études Et de Recherches Urbana, Petites Villes Et Villes Moyennes Dans Le Monde Árabe*, Tours, v. 17, 1986, p.699-716.
- DAL POZZO, Clayton Ferreira. *Territórios de autosegregação e segregação imposta: fragmentação socioespacial em Marília e São Carlos*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Faculdade de ciência e tecnologia – Universidade estadual paulista Júlio de Mesquita Filho – Presidente Prudente/SP, 2011.
- DESMARIS, Robert. *Considération sur les notions de petiteville et de villemoyenne*. Cahiers de Géographiedu Québec, Saint-Foy (Quebec) v. 28, n. 75, 1984, p. 355-364.
- DRESCHER, Axel. *Seguridad Alimentaria Urbana – ¿Agricultura urbana, una respuesta a la crisis?* Revista Agricultura Urbana, Quito/ Equador, n. 1, 2001, p. 8-10.
- ENDLICH, Ângela Maria. *Na trilha conceitual e de definições das pequenas cidades*. In: BOVO, Marcos Clair; COSTA, Fábio Rodrigues (Orgs). *Estudos urbanos em perspectiva: reflexões, escalas e desafios*. Campo Mourão/SP: Editora Fecilcam, 2017a.

ENDLICH, Ângela Maria. *Cidade-pequena*. In: SPOSITO, Eliseu Savério (Org). *Glossário de geografia humana e econômica*. São Paulo/SP: Editora Unesp, 2017b. FRESCA, Tânia Maria; VEIGA, Léia Aparecida. *Pequenas cidades e especializações funcionais: o caso de Santa Fé/PR*. Revista Sociedade & Natureza. Uberlândia/MG, v.23, n.3, 2011, p. 387-396.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Municípios de interesse turístico (MIT)*. Turismo. 02/04/2018. Disponível em: <https://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia.php?codigo=1354>. Acesso em: 25 fev. 2021.

IBGE. *Paulicéia*. Panorama. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/pauliceia/panorama>. Acesso em: 25 fev. 2021.

IBGE. *Paulicéia*. Panorama. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/pauliceia/panorama>. Acesso em: 25 fev. 2021.

MESQUITA, Amanda Pires; MENDES, Estevane de Paula Pontes. *Pequenos núcleos urbanos: relação campo/ cidade e vida cotidiana na vila de Pires Belo, Catalão (GO)*. Espaço em revista. Goiânia, v.16, n.1, 2014, p. 15-32.

NEGRI, Silvio Moises. *Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análise*. Coletâneas do Nosso Tempo, Cuiabá/MT, v.8, n.8, 2008, p. 129-153.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULICÉIA. *Plano diretor de turismo do município de Paulicéia/SP*. 2017.

ROESE, Alexandre Dinnys. *Agricultura Urbana*. Embrapa. Brasília/DF, 2004. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/812707/1/ADM036.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021.

ROMA, Cláudia Marques. *Segregação socioespacial em cidades pequenas*. 2008. 137 f. Dissertação - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/96712>. Acesso em: 03 mar. 2021.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo/SP: Editora Hucitec, 1993.

SILVA, Paulo Fernando Jurado; SPOSITO, Eliseu Savério. *Discussão geográfica sobre cidades pequenas*. Revista Geografia, Rio Claro/SP, v.34, n.2, 2009, p. 203-218.

SOUZA, Marcelo Lopes. *O abc do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro/RJ: Editora Bertrand, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro/RJ: Editora Bertrand, 2013.

SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado. *Perspectivas teóricas e transformações socioespaciais*. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2013.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Fragmentação socioespacial*. Mercator, Fortaleza, v.19, n.1905, 2020, p. 1-13.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais na cidade*. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. *A cidade contemporânea: segregação socioespacial*. São Paulo/SP: Editora Contexto, 2013, p. 16-37.